



O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Felipe Salviano Ramos (1); Ana Lara Diniz Fontes (1); Michelle Mayra Palmeira Cordeiro (2);

Adriano Cipriano de Sousa Júnior (3); Orientador: Jocenilton Cesário da Costa; (4)

Faculdade Santa Maria

felipeesalviano@gmail.com

Resumo do artigo: O presente artigo tem como objetivo discutir as contribuições do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências. A pesquisa foi realizada com uma psicóloga Escolar do Estado do Rio Grande do Norte da cidade de Mossoró, utilizando como o instrumento uma entrevista estruturada com cinco perguntas, a metodologia utilizada foi à abordagem qualitativa. A discussão dos resultados foi realizada por meio da análise do estudo descritivo, relacionando o diálogo da profissional com aportes teóricos estudados sobre o tema. É perceptível através dos dados analisados que o trabalho da psicologia no ambiente escolar é caracterizado por um serviço preventivo e terapêutico e, quando se trata de inclusão educacional de pessoas com deficiência, ele tem um papel crucial na preparação dos profissionais envolvidos, apoio familiar e suporte a comunidade discente, porém percebemos que a inclusão educacional ainda está longe de seguir os parâmetros exigidos pela constituição federal. Pois essa inclusão vai além dos aspectos físicos, mas sim, nas barreiras atitudinais e metodológicas essas nas quais estão longe de serem seguidas com coerência.

PALAVRAS- CHAVE: Educação, Inclusão, Pessoa com Deficiência.

INTRODUÇÃO

A psicologia, a cada dia, toma maior visibilidade e conquista seu espaço enquanto campo profissional, relativamente nova no Brasil com possibilidades de atuação em diversos campos, saindo da clínica tradicional, migrando com grande seriedade para as políticas públicas, áreas jurídica, esportiva, empresarial, hospitalar e educacional, a qual terá maior destaque e visibilidade em nosso trabalho.

O trabalho da psicologia no ambiente escolar é caracterizado por um serviço preventivo e terapêutico. Quando se trata de inclusão educacional de pessoas com deficiência, ele tem um papel crucial na preparação dos profissionais envolvidos, apoio familiar e suporte a comunidade discente. Sendo assim, o objetivo do nosso artigo é discutir as contribuições do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências.

O psicólogo deve ter um olhar abrangente, ver o aluno com deficiência como um ser biopsicossocial, e não olhando apenas o biológico, mas um ser que apesar das limitações é também dotado de potencialidades.

O tema foi escolhido a partir do interesse, enquanto estudantes do curso de psicologia, e por acreditar que a educação inclusiva é a principal porta de socialização, inclusão e direito social do

indivíduo. A pesquisa foi realizada com uma psicóloga do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando como o instrumento uma entrevista estruturada com cinco perguntas de cunho subjetivo. A discussão dos resultados foi realizada por meio de análise de conteúdo, relacionando o diálogo da profissional com aportes teóricos estudados sobre o tema.

Assim, o artigo ora exposto se constitui a partir da seguinte ordem: um breve histórico sobre a psicologia e o papel do psicólogo no contexto escolar, e a inclusão da pessoa com deficiência.

BREVE HISTÓRICO E O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR

A psicologia, enquanto profissão no Brasil, foi regulamentada pela Lei nº 4119 27 de agosto do ano de 1962. A referente lei regulamentou e institucionalizou cursos de graduação em psicologia no país, inicialmente com um olhar tradicional clínico. O primeiro curso de graduação em psicologia se deu na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ao final da década de 1960 haviam 78 psicólogos formados, as práticas eram centradas no psicodiagnóstico, nas psicoterapias e nas técnicas de exame psicológico (SOUZA, 2009).

Foi aprovado por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica.

A história da psicologia escolar e educacional no Brasil pode ser identificada desde os tempos coloniais. A psicologia escolar foi uma das áreas a criticar o modelo de atuação que vinha sendo desenvolvida pelos psicólogos. De acordo com Andrada (2005), o psicólogo escolar não pode mais compactuar com o antigo modelo que até então regia toda a prática. Durante muito tempo, permaneceu a ideia de que a prática desse profissional, cujos instrumentos iniciais eram testes para medir a capacidade dos alunos, separando os aptos dos não aptos para a aprendizagem, sendo assim, caracterizando um pensamento excludente. Nesse sentido:

Psicologia Escolar e Educacional, principalmente aquelas que apontam para busca da relação entre saúde/doença, prevenção/tratamento, educação/terapia além do próprio estudo sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e suas implicações para a atuação psicológica na instituição escolar. Igualmente se registra a preocupação em ré avaliar os modos de atuação do psicólogo ou da psicóloga frente às queixas escolares, implicando repensar seu papel para além da avaliação e da disciplina, considerando assim uma ampliação no olhar e na prática (VIANA, P. 57, 2016).



No Brasil, as queixas escolares e dificuldades no aprendizado são os principais motivos de procura psicológica na rede pública de saúde e nas clínicas de psicologia. São advertidas para as necessidades de cuidados de saúde mental as crianças que, além de apresentarem dificuldades de relacionamentos interpessoais, possuem famílias em situação desestruturada e não conseguem manter um suporte emocional que necessitam. Dessa forma, as crianças se encontram em situações de vulnerabilidade social, por que na maioria das vezes acumulam experiências de fracasso em tarefas de desenvolvimento, desempenho acadêmico, ajustamento ao ambiente escolar e capacidade de formar laços de amizade (CABRAL E SAWAYA, 2001).

O psicólogo escolar precisa criar um espaço para escutar as demandas da escola e pensar em maneiras de lidar com as situações cotidianas. A atuação do psicólogo escolar se dá através de um olhar preventivo, observação e a análise cotidiana. Ao se inserir no ambiente, o psicólogo deve investigar as práticas pedagógicas, participar das reuniões de classe, gestores e da elaboração do projeto pedagógico da escola. Uma escuta psicológica poderá ser realizada com o intuito de desenvolver uma metodologia e traçar métodos de intervenções como também acolhimento das angústias, sofrimentos emocionais dos alunos, familiares e profissionais da instituição, possibilitando ao psicólogo uma melhor compreensão do cenário educativo (MARINHO E ALMEIDA, 2010).

A educação vem sofrendo alterações com o decorrer do tempo. Partindo de imposições políticas, com base nas necessidades sociais, atualmente é possível afirmar que se conquistaram direitos e restabeleceram deveres nesse campo, essa evolução não se deu sem resistências (ÁRIES, 2006).

Vianna (2016, p- 54), relata que:

A atuação do profissional de psicologia no ambiente escolar, nos dias atuais permanece marcada por dificuldades, em relação ao fazer a prática. Muitos psicólogos/psicólogas ainda sentem certo bloqueio ao sair do modelo tradicional clínico, centrado no psicodiagnóstico.

Faz se necessário o psicólogo escolar ter uma visão de clínica ampliada que seria trabalhar na promoção e prevenção da saúde na escola, muitos profissionais vem a fazer prática erradas em hipótese, devido aos roteiros curriculares da graduação que prepara os profissionais com uma visão clínica, com isso muitos psicólogos encontram dificuldades na prática. Ao se inserir como psicólogo escolar é de grande relevância que esse profissional busque se especializar, fazer cursos que venha a fortalecer a sua atuação nesse ambiente.



A escola tem o papel não apenas na construção intelectual do indivíduo, mas também de proporcionar um referencial simbólico a partir de valores e visões que se coadunem com a realidade social. Dessa forma, a escola é um espaço de construção e consolidação de valores que farão parte de toda a vida do indivíduo.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A organização da educação especial vai se configurando como um ramo paralelo ao ensino regular no interior do sistema escolar, principalmente sob a responsabilidade de organizações da sociedade civil, direcionadas exclusivamente às pessoas com deficiência. Dentre essas organizações, encontra-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil (APAEs), fundada na década de cinquenta do século XX pelo casal Beatrice e George Bemis, membros da National Association for Retarded Children (NARC), organizada nos Estados Unidos em 1950 (JANNUZZI, 2004).

A associação logo se expandiu para vários Estados e em 1962 foi criada a Federação Nacional das APAEs (FENAPAEs). Além da atuação na área de educação, a instituição tem como objetivo desenvolver ações direcionadas ao atendimento da pessoa com deficiência nas áreas de saúde, assistência social, cultura, desportos, dentre outras (Estatuto da FENAPAEs).

O movimento de pessoa com deficiência eclodiu simultaneamente em diversas cidades do Brasil que começaram a realizar frequentes encontros de âmbitos locais, regionais e nacionais, para a troca de ideias e tomada de decisões em relação às políticas direcionadas às pessoas com deficiência. Naquele mesmo ano, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, que reuniu, em Brasília, mais de 500 participantes. No evento, foram estabelecidos os rumos do movimento nacional, culminando com a criação da Coalizão Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes (SASSAKI, 2003 citado em CERIGNONI, 2006 p. 05).

No Brasil, o movimento teve como principal catalisador o processo de redemocratização e a proclamação do ano internacional das pessoas com deficiência pela ONU, cujos principais objetivos estabelecidos para o ano internacional para as pessoas com deficiência foram:

Ajudar no ajustamento físico e psicossocial na sociedade; promover esforços, nacional e internacionalmente, para possibilitar o trabalho compatível e a plena integração à sociedade; encorajar projetos de estudo e pesquisa visando à



integração às atividades da vida diária, aos transportes e aos edifícios públicos (JUNIOR e MARTINS, p. 57).

As pessoas com deficiência têm direitos e deveres como qualquer ser humano, por muito tempo as oportunidades de trabalho, educação foram totalmente negadas, depois de manifestações e lutas das próprias pessoas com deficiência, como também dos direitos humanos, podemos observar nos dias atuais certo progresso.

A partir da década de 1990, os documentos legais e normativos do país passaram a enfatizar a necessidade de alterações na escolarização das pessoas com deficiência. Destaca-se a Lei 9394/96, a resolução n 2/2001 e a política de 2008. Na lei 9394/96 no artigo 60, tem anunciado “alternativa preferencial a ampliação do atendimento a pessoa com deficiência na própria rede publica de ensino, que ocorrera independente do apoio previsto a iniciativa privada” (KASSAR, 1999, p.37).

Segundo Mantoan (2008) a inclusão escolar é a capacidade de entender e reconhecer o outro e assim ter o privilégio de aceitar e conviver com pessoas com deficiência, compartilhando experiências que possibilitem seu desenvolvimento social e educacional. Neste sentido, a finalidade da educação inclusiva é acolher a todos sem exceção, especialmente os estudantes que têm algum tipo de deficiência ou até mesmo aqueles que são discriminados do convívio social.

A prática de educação inclusiva, de acordo com Meyrelles (2009), só será possível se houver mudanças na escola, que viabilizem às pessoas com necessidades educativas especiais condições para que todos tenham acesso e permanência na escola, de forma que sejam respeitadas e trabalhadas suas limitações.

Dentre as atividades relativas ao profissional de psicologia, estão presentes: oferecer suporte aos professores de educação regular e inclusiva por meio da coleta e da busca de dados relacionados às crianças e suas dificuldades; investigar as possíveis variáveis que interferem na manutenção dos problemas; analisar condições ambientais e interpessoais; propor e desenvolver estratégias e planos de intervenção, como também avaliar os resultados obtidos (MCNAMARA, 1998).

A complexidade e a diversidade de relações entre fatores biológicos e psicológicos, envolvidos no atendimento às crianças com deficiência, explicam a importância da Psicologia e da atuação do psicólogo de estar presente nesse processo. As habilidades desse profissional e seus conhecimentos acerca da inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes regulares, do desenvolvimento de programas de ensino e na orientação a pais, professores e outros especialistas, se constituem como elementos essenciais para beneficiar projetos educativos que favoreçam a educação para todos (YSSELDYKE E GEENEN,1996; MARTÍNEZ, 2005).



Por meio de experiências pessoais de suas significações de deficiências, o psicólogo estará apto a rever suas emoções, afetos, aprender com suas negações, sendo capaz de “conquistar a percepção da deficiência como um objeto compartilhado e de proporcionar ao nosso cliente um ambiente acolhedor e condições facilitadoras para sua aceitação dessa condição, favorecendo e possibilitando seu próprio desenvolvimento” (AMIRALIAN 1997, P. 37).

A família tem um papel fundamental nesse processo de inclusão educacional e é necessária a contribuição e aceitação dos membros familiares, quebrando barreiras preconceituosas e lutando pelos seus direitos.

Muitas vezes, por falta de informação, algumas famílias superprotegem seus filhos por medo que sofram exclusão pela sociedade, medo que essa exclusão chegue na escola, no trabalho, nas relações interpessoais. Vale ressaltar que, diante de suas limitações, as pessoas com deficiência têm todos os direitos garantidos e assegurados pela constituição.

METODOLOGIA:

A pesquisa foi realizada com uma psicóloga Escolar do Estado do Rio Grande do Norte da cidade de Mossoró, utilizamos como abordagem a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi à entrevista estruturada com cinco perguntas de cunho subjetivo. A discussão dos resultados foi realizada por meio da pesquisa descritiva, relacionando o diálogo da profissional com aportes teóricos estudados sobre o tema.

O ambiente de inserção da amostra se configurará enquanto fonte da pesquisa, levando em consideração a relação entre o mundo e o indivíduo, e o processo de coleta de dados. O tipo de pesquisa ora exposto pretende descrever os fatos e fenômenos da determinada realidade (TRIVIÑOS, 1992).



Os dados foram colhidos através da entrevista estruturada que foi realizada com a participante da pesquisa. Com o intuito de chegar aos objetivos propostos, à coleta de dados foi realizada em um encontro com a profissional e as informações foram gravadas com a sua autorização, foi pontuado que o presente artigo irá servir de subsídios acadêmico para a temática em foco.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE DOS DADOS.

Os dados foram analisados de forma descritiva e correlacionados com a literatura pertinente ao tema. Sendo assim com sabe nas informações colhidas os dados foram analisando partindo de estudos sobre a temática.

Primeira pergunta: Como você ver a inclusão dentro do espaço escolar, ela existe? A profissional respondeu: “Sim, a inclusão existe. Contudo, a forma com ela é realizada e conduzida ainda é precária.” A partir da resposta podemos perceber que é controversa, pois a inclusão não pode acontecer mais ou menos, ela acontece ou não, para que aconteça tem que haver participação e envolvimento de toda a comunidade escolar, dentro e fora da sala de aula.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) estabeleceu, entre outros princípios, a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" e recomendou que a educação para "educando com necessidades especiais" ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino. Além das leis, notas técnicas e resoluções criadas, temos presenciado nos últimos anos, intensas transformações na sociedade. Uma delas é o quanto se tem discutido a respeito de inclusão social, e dos direitos das pessoas com deficiência.

Segundo Mantoan (2003), a temática da inclusão escolar vem rendendo, tanto no meio acadêmico quanto na própria sociedade, novas e acaloradas discussões, o que contribui ainda mais com as conquistas para este público e automaticamente para a sociedade.

Pesquisadores: Quais as deficiências mais frequentes nos espaços escolares?

Psicóloga: Na escola onde atuei como psicóloga escolar encontrei a inclusão de crianças com deficiência física (cadeirante), deficiência intelectual e outras necessidades especiais, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a paralisia cerebral.

Os termos e expressões empregados para designar as pessoas com deficiência tem gerado inúmeras distorções no entendimento e na aplicação de seus significados. O critério no emprego do



referido termo não configura preciosismo linguístico, mas uma necessidade que se impõe para a quebra de barreiras atitudinais, decorrentes de julgamentos equivocados sobre a capacidade das pessoas com deficiência e o respeito às diferenças. Pudemos perceber que os termos adequados ainda não foram incorporados pela sociedade.

Podemos também questionar: onde estão as pessoas com outros tipos de deficiência? Não estão tendo acesso, oportunidade ou oferta do ensino garantidos pela Constituição Federal, a LDB e tantos outros documentos? O que se tem feito para que esses direitos saiam do papel e sejam garantidos na prática?

Pesquisadores: Como a psicologia escolar contribui para a inclusão das pessoas com deficiência?

Psicóloga: O psicólogo escolar pode acompanhar o processo de inclusão desde o início, de forma continuada, orientando os pais e a escola. Pode criar projetos permanentes ou pontuais para orientação e esclarecimento sobre a inclusão, junto aos pais, professores, demais profissionais e funcionário da escola e alunos. Pode desenvolver palestras sobre o tema, material de apoio, campanhas, momentos de sensibilização. Enfim, há diversas contribuições que o psicólogo pode oferecer nesse âmbito. Vale ressaltar que a inclusão deve voltar-se também para os pais, por exemplo, o desenvolvimento de atividades para o evento do dia dos pais ou das mães que possibilite aos pais com necessidades especiais participarem igualmente.

A atuação da profissional é coerente segundo a perspectiva do autor Mcnamra (1998), dentre as atividades relativas ao profissional de psicologia estão presentes: oferecer suporte aos professores de educação regular e inclusiva por meio da coleta e da busca de dados relacionados às crianças e suas dificuldades; investigar as possíveis variáveis que interferem na manutenção dos problemas; analisar condições ambientais e interpessoais; propor e desenvolver estratégias e planos de intervenção, palestras, oficinas como também avaliar os resultados obtidos.

Pesquisadores: Como Psicólogo escolar quais orientações são dadas aos pais ou responsáveis das pessoas com deficiência?

Psicóloga: As atividades com os familiares das pessoas com deficiência se dão a partir de orientações, e vai depender da necessidade de cada criança com deficiência. Cada aluno incluído, considerando o tipo de necessidade especial, a forma como a criança foi incluída, como está se dando o processo de inclusão, como está o desenvolvimento global da criança, se ela é acompanhada por profissionais externos à escola, o histórico escolar, o convívio com os colegas, a adaptação física e didática da escola à criança, a necessidade de um professor especialista para auxiliar em sala de aula, etc.

A resposta da profissional e condizente com os autores Pádua e Rodrigues (2013), é essencial a atuação do psicólogo com as famílias/responsáveis das pessoas com deficiência, é o





primeiro passo de atuação, a escuta psicológica com a família para a possível intervenção, entender a dinâmica familiar, acolhendo-as e dando um suporte emocional. Vale ressaltar que, essa atuação é relativa á demanda de cada indivíduo, a sua subjetividade, cada ser possui as suas peculiaridades.

A próxima pergunta foi em relação aos sentimentos que envolve nesse processo de aceitação da deficiência:

Pesquisadores: Há rejeição por parte da família?

Psicóloga: Não observei rejeição por parte das famílias, mas presenciei a dificuldade de aceitação dos pais, em um caso específico de uma suspeita de TEA. Mesmo antes da avaliação criteriosa, por outros profissionais externos à escola, para a confirmação dessa suspeita. Felizmente, não passou de um estranhamento inicial. O trabalho de acompanhamento psicológico escolar, tanto da criança quanto da família, foi imprescindível para o esclarecimento e segurança dos pais.

As crianças quando nascem são inseridas em um mundo projetado pelos pais; estão ali sendo representadas pelas vontades e desejos deles, ao receber criança fora dos padrões estabelecidos pela sociedade, surge uma variação de reações como: rejeição, dificuldade de aceitação, superproteção, sentimentos de culpa, frustrações entre outras, sendo assim, analisamos o quanto importante é o acompanhamento psicológico dos responsáveis pela criança com deficiência (FIGUEIRA, 2014).

Muitos autores têm discutido sobre a importância da participação da família no processo de inclusão escolar, no entanto o que vem ocorrendo é que professores reclamam da falta de aceitação dos pais, bem como da falta de compreensão e comprometimento dos mesmos no processo de desenvolvimento e inclusão de seus filhos.

Por outro lado, os pais reclamam da falta de preparo dos professores para garantir a inclusão e aprendizagem destes. Entretanto, o que a situação necessita é uma trégua no apontamento e culpados, precisa-se trabalhar os problemas de relacionamento entre famílias e professores do ensino em geral.

Para isso, os professores devem deixar de enfatizar as dificuldades e explorarmos as potencialidades dos alunos, preocupar-se mais com os "sucessos" do que com os "fracassos".

As famílias devem se mobilizar para que seus filhos obtenham o sucesso esperado, envolvam-se e participem mais do processo educacional de seus filhos: os procedimentos que serão utilizados, bem como sobre as condutas a serem adotadas, preocupando-se com a qualidade dos serviços oferecidos

Segundo Mantoan (1997), tanto a valorização quanto o conhecimento das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade e a crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes, também têm indicado que novos caminhos devam ser traçados nas instituições e nas famílias.

Diante da análise dos dados, é perceptível a importância do profissional de psicologia dentro do ambiente educacional, dando suporte, orientado e mostrando caminhos metodológicos que melhor se encaixa na deficiência do alunado.

Outro ponto crucial é a participação da família. Sabemos que a aceitação e colaboração do meio familiar é o primeiro passo para a inclusão social e educacional do aluno, pois a partir disso o processo de construção e evolução do sujeito é mais eficaz.

CONCLUSÃO

O papel da psicologia no ambiente escolar vem conquistando seu espaço e tomando visibilidade pelo seu caráter preventivo, terapêutico e assistencial e quando se trata da educação especial e inclusiva, esse profissional é visto como parte fundamental nesse processo.

Foi visto que são diversas contribuições que o psicólogo escolar pode dá nesse processo, como por exemplo: Terapêutico, assistência e orientação à família, palestras, oficinas e outros. Além disso, é fundamental que o profissional de psicologia esteja a par dos conhecimentos teóricos, metodológicos para dar um suporte humanizando, vindo a estimular a subjetividade do aluno.

Diante dos resultados, percebemos que a inclusão educacional ainda está longe de seguir os parâmetros exigidos pela constituição federal. Não apenas nos aspectos físicos, mas sim, nas barreiras atitudinais e metodológicas essas nas quais estão longes de serem seguidas com coerência.

Não podemos generalizar, mas é necessária maior visibilidade dos governantes na educação especial/ inclusiva, investimentos, preparação, e interesse dos profissionais, para que possa colocar em prática uma verdadeira educação de qualidade. Não podemos esquecer da família, a qual tem um papel fundamental nesse processo de inclusão e aceitação da deficiência. Portanto, para que isso aconteça, é necessário um trabalho em conjunto, tanto da comunidade escolar, família e sociedade.

REFERÊNCIAS

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LCT. 2006. 196 P.

AMIRALIAN, M.L.T.M. **O psicólogo e a pessoa com deficiência.** In. Deficiência: alternativas de intervenção. São Paulo; casa do psicólogo, 1997.

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira. **Novos paradigmas na prática do psicólogo Escolar.** Psicologia: Reflexão e crítica, 2005, 18, pp. 196-199.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

CABRAL, E. & Sawaya, M, S. (2001). **Concepções e atuação profissional diante das queixas escolares: os psicólogos nos serviços de saúde.** Estudos de psicologia 2001, 6, 143-15.

CERIGNONI, F. **Versão preliminar do documento base da campanha da fraternidade da CNBB,** 2006, mimeografado.

FILGUEIRA, E. (1969). **Introdução á psicologia e pessoas com deficiência.** A atuação de um novo relacionamento. 2º Edição revista. Emílio Filgueira - São Paulo: Edição do Autor/Agbook, 2014.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, p- 34, 1997.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas. Autores associados, 2004.

JUNIOR, L. M. C. **História do movimento de pessoas com deficiência no Brasil.** Brasília, secretaria de direitos humanos, 2010.

KASSAR, M. C. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silencio na história de sujeitos.** Campinas, SP: autores associados, 1999.

MARINHO, A, ALMEIDA, S. **Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional.** Campinas, SP: Alínea, 2010. 3 ed.

MANTOAR, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais,** São Paulo: Scipione. 1988.

MEYRELLES, D. J. et. Al. **Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto alegre, mediação, 2009.



MCNAMARA, Kathy. **Adoption of intervention-based assessment for special education. School Psychology International.** v. 19, p. 251-266, 1998.

PÁDUA, E.S.P, RODRIGUES.L,. **Família e Deficiência: Reflexões sobre o papel do psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência.** VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina, 2013.

SOUZA, Marilene Rabelo. **Psicologia escolar e educacional em busca de novas perspectivas-** volume 13, nº 01. Jan/Jun 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1992). **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** Editora Atlas. São Paulo, Brasil (1992).

VIANA, M.N. **Psicologia escolar: que fazer é esse?** In: Conselho Federal de Psicologia- Brasilia – CFP, 2016.

YSSELDYKE, Jim; GEENEN, Kristin. **Integrating special education and compensatory education systems into the school reform process: a national perspective.** School Psychology Review, v. 25, n. 4, p. 418-430, 1996.

